

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009955-33.2016.8.26.0566/01**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Indenização por Dano Material**
 Exequente: **Michele Dias do Pinho Silva**
 Executado: **Bcash Intermediação de Negócio Ltda**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos.**

Decido nos termos do parágrafo 6º do art. 525 do Novo Código de Processo Civil.

Trata-se de impugnação ao cumprimento da sentença.

O impugnante alega a fls. 06/09 já ter dado efetivo cumprimento a sentença proferida nos autos principais, na medida em que efetuou o depósito de R\$ 3.596,83, conforme cópia de fls. 22 deste incidente.

Em manifestação sobre a impugnação, a exequente/impugnada diz serem infundados os argumentados do impugnante/executado e alega que independente do depósito acima referido, ainda é credora da quantia de **R\$ 2.334,78, .**

Encaminhados os autos ao Contador, este apurou o valor do débito em R\$ 1653,95 (independente do depósito efetuado no principal), com o que concordaram a exequente a fls. 31 e o executado a fls 32.

Ou seja: o depósito inicial está mesmo incompleto mas não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

como deseja a impugnada: o resíduo é de R\$ 1.653,95 e não R\$ 2.334,78, uma diferença de R\$ 680,83.

Destarte, **ACOLHO EM PARTE A PRESENTE IMPUGNAÇÃO** para que o montante cobrado obedeça ao apurado pela contadoria do juízo a fls. 24/25, ou seja, **R\$ 1.653,95** (hum mil e seiscentos e cinquenta e três reais e noventa e cinco centavos).

Do montante depositado pelo impugnante a fls. 17, deverá ser expedido mandado de levantamento a favor da exequente do valor de R\$ 1.653,95; o remanescente (R\$ 680,8,) deverá ser levantado pelo executado.

Diante da sucumbência recíproca, deixo de condenar em honorários nessa fase processual.

No mais, diante da satisfação do débito, **JULGO EXTINTO o presente feito, nos termos do artigo 924, II, do CPC.**

Averbe-se a extinção e arquivem-se os autos de modo definitivo.

P.I.

São Carlos, 27 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**